



SINDICATO DOS
TRABALHADORES
DOS IMPOSTOS

Publicação semestral do Sindicato
dos Trabalhadores dos Impostos
N.º 6 | DEZ 2015

DIRETOR
Paulo Ralha

SOCIEDADE E FISCALIDADE



**O património
que não paga
impostos e
a economia
paralela**



Faz bem à Saúde.

Índice

- 03** **Editorial**
Paulo Ralha
- 05** **Economia Não Registada e respectivo peso em Portugal**
Óscar Afonso
- 08** **Formas de superar a pobreza**
Frei Fernando Ventura
- 11** **A Administração Tributária e a utilização de serviços eletrónicos: a situação a nível Europeu**
Joaquim Miranda Sarmiento
- 14** **A implementação da arbitragem tributária**
Nuno Villa-Lobos
- 18** **“Quem tem culpas, pague as custas”**
Nuno Balacó
- 20** **Quatro anos, várias lutas...
A actividade sindical em imagens**

Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos
Av. Coronel Eduardo Galhardo, n.º 22 B
1199-007 Lisboa

www.stimpostos.pt
geral@stimpostos.pt
T 218 161 710 . F 218 150 095



SINDICATO DOS
TRABALHADORES
DOS IMPOSTOS

STI, tão forte quanto tu quiseses!



**PAULO RALHA**

Presidente da Direcção Nacional do Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos

Editorial

Durante os últimos quatro anos, fruto das políticas de austeridade que foram seguidas e defendidas por um governo maioritário e austista no parlamento, o fenómeno da pobreza deixou de estar ligado a extractos marginais da sociedade para se instalar no seio da classe média, com emprego e remuneração certa, que se pensava inatingível por este facto. A verdade é que, mesmo na nossa profissão, há hoje trabalhadores em situações-limite de sobrevivência, que deram azo, uma vez constatada essa realidade, à criação de um Fundo Social de Emergência que, como previsto e demonstrativo da razão que subsistiu à sua criação, possui alargada procura. Não sei, sinceramente, como caracterizar uma sociedade que, para sair da crise, cria miséria. Pior ainda quando a miséria colectiva sustenta o aumento de riqueza dos mais ricos. Nesta realidade, mas com uma abrangência de escala e tempo muito maior, desenvolve Frei Fernando Ventura a sua missão de vida, aplicando no dia-a-dia a equação de Deus: “Dividir para multiplicar e somar sem subtrair nada a ninguém.” O texto com que nos presenteia neste número da nossa revista é, no mínimo, inspirador.

Esclarecedor, no tocante a outra realidade, é o artigo do Dr. Óscar Afonso, do Observatório da Economia e Gestão da Fraude, que se debruça sobre o que é e como se contabiliza a Economia Não Registada (ENR). Sobretudo por ser um fenómeno que conduz as suas acções mais perniciosas no nosso campo de batalha, nomeadamente o do combate à fraude e evasão fiscal. Um campo de batalha, diga-se de passagem, que a Autoridade Tributária tem menosprezado, quer por razões de política fiscal, determinadas pelo contexto internacional, quer por falta de sensibilidade política interna, quer ainda por debilidades de organização própria, concentrando-se recursos e dando-se prioridade a acções que incidem em setores que não são (do nosso ponto de vista) prioritários e deixando aqueles que o são nas franjas paradisíacas do sistema. Situação que o sigilo fiscal, cuja existência é bastante discutível num regime democrático, ajuda a perpetuar.

Num registo mais técnico, o artigo do Dr. Joaquim Sarmento analisa a utilização das plataformas electrónicas para o cumprimento das obrigações fiscais dos três impostos portugueses mais relevantes, para a arrecadação de receitas: o IRS, o IRC e o IVA. Neste contexto sai-se bem a Autoridade Tributária, mas também aqui não podemos deixar de relevar o desinvestimento feito nos últimos anos na formação e manutenção dos profissionais informáticos da casa. Os perigos na externalização dos serviços que estes prestam são óbvios, in-

cluindo as ameaças que se colocam para a segurança do país. Não se pode, pois, menosprezar esta área, a qual deve, pelo contrário, merecer especial atenção gestonária, incluindo nos seus aspetos relacionados com a reserva de “autoridade”, com tudo o que esta comporta.

Apresenta-se também neste número da revista um artigo sobre a arbitragem fiscal, cuja redação pertence ao Presidente do Centro de Arbitragem Administrativa, onde se faz o enquadramento histórico do aparecimento e evolução da arbitragem e onde se apresentam um conjunto de dados estatísticos, da maior relevância, para caracterizar esta nova realidade, na resolução de litígios de âmbito fiscal.

Por fim, grande parte desta revista é dedicada a fixar em imagens, e parcas palavras, um percurso de quatro anos de mandato. Um percurso por vezes conturbado, mas na maioria das vezes gratificante, não só por se terem alcançado as metas que dependiam exclusivamente do nosso trabalho, como por as termos, por vezes superado. Em termos de comunicação social, onde o Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos, que constantemente discutia a falta de presença e afirmação na praça pública, é hoje um sindicato ouvido e respeitado pela sociedade, pelos partidos políticos e pelos pares sindicais. Na presença junto dos órgãos de poder, com a apresentação sustentada de propostas na Assembleia da República. A nível internacional, com a participação, com trabalho feito, nas reuniões da UFE (União dos Sindicatos de Impostos e Alfândegas da Europa), e no Parlamento Europeu, tendo sido convidado a participar em dois fóruns de discussão fiscal e aduaneira, incluindo o TAXE Committee, onde foi conduzida a discussão fiscal e aduaneira mais relevante dos últimos anos, a nível das instituições europeias (www.europarl.europa.eu/committees/pt/taxe/home.html). Mas este trabalho também está patente na forma inédita como se começaram a realizar visitas programadas a todos os serviços da Autoridade Tributária do país. Na forma como a formação e as conferências começaram a ter um programa anual estruturado ou como se começaram a dar os primeiros passos para a implementação de uma política de segurança e higiene na Autoridade Tributária, que terá que passar, em primeiro lugar, pela eleição dos representantes dos trabalhadores para esse fim. E mais poderíamos acrescentar... Mas o que interessa saber é, sobretudo...

O que nos reservam os próximos quatro anos? Não sabemos. Sabemos, sim, que houve uma mudança e que temos mais experiência. É neste contexto que faremos o que estiver ao nosso alcance para atingir os objectivos que nos propusemos, sobretudo ao nível dos vínculos e carreiras, sendo certo que, quanto ao resto, continuaremos a desenvolver o trabalho no sentido de cimentar as iniciativas a que já habituamos os sócios.

STI – TÃO FORTE QUANTO QUISERES!

FICHA TÉCNICA

DIRETOR

Paulo Ralha

EDITORES

Paulo Ralha
Manuel Peixoto Novo
Nuno Balacó
Nuno Pires
Ana Gamboa
Carlos Carreira
Gonçalo Rodrigues
João Gonçalves
Hersília Oliveira
José Roldão

EDIÇÃO E COORDENAÇÃO EXECUTIVA

Maria Rosa Pinto

DESIGN

Paulo Vila

PAGINAÇÃO

Barcul – Sociedade de Comunicação e Cultura, S.A.

PROPRIEDADE

Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos
Avenida Coronel Eduardo Galhardo, 22 B
1199-007 Lisboa

IMPRESSÃO:

Lusoimpress, S.A.

DEPÓSITO LEGAL

359757/13

TIRAGEM

10.000 exemplares

PATROCÍNIO EXCLUSIVO

Medis



Economia Não Registada e respectivo peso em Portugal



ÓSCAR AFONSO

Professor na Faculdade de Economia da Universidade do Porto e Presidente do Observatório de Economia e Gestão de Fraude

Para um melhor entendimento dos conceitos refira-se que, com o objectivo de promover políticas informadas de incentivo ao crescimento e à estabilidade conjuntural, no pós 2ª Guerra Mundial, os países passaram a considerar necessário quantificar a actividade económica. Foi nesse contexto que, em 1947, as Nações Unidas apresentaram um trabalho institucional que conduziu à emergência das contabilidades nacionais. As actividades económicas não registadas passaram então a ter uma base objectiva de referência: seriam as não registadas na contabilidade nacional.

Em todos os países existe uma parte da Economia, a Economia Paralela (não Registada ou Sombra), usualmente fruto de comportamentos marginais e desviantes que não é acomodada pela contabilidade nacional, sendo o seu peso, causas e consequências variáveis no espaço e no tempo. Encontrar uma definição clara não é uma tarefa fácil, porque: (i) o fenómeno é complexo e está em constante mutação – adapta-se, em particular, às alterações nos impostos, às sanções das autoridades fiscais e às atitudes morais em geral; (ii) incorpora diversas actividades económicas – inclui a Economia Subdeclarada, a Illegal, a Informal, o Autoconsumo e a Subcoberta por deficiências estatísticas.

Para um melhor entendimento dos conceitos refira-se que, com o objectivo de promover políticas informadas de incentivo ao crescimento e à estabilidade conjuntural, no pós 2ª Guerra Mundial, os países passaram a considerar necessário quantificar a actividade económica. Foi nesse contexto que, em 1947, as Nações Unidas apresentaram um trabalho institucional que conduziu à emergência das contabilidades nacionais. As actividades económicas não registadas passaram então a ter uma base objectiva de referência: seriam as não registadas na contabilidade nacional.

Porém, a controvérsia em torno do tema não assentou, devido: (i) à ausência de consenso no que con-

cerne à definição concreta de Economia não Registada (ENR), (ii) às suas causas, (iii) às suas consequências na economia oficial e (iv) aos métodos de estimação para a sua medida. A controvérsia ficou, contudo, balizada porque as actividades registadas passam pelo mercado. Por isso, o Autoconsumo, embora marginal e socialmente aceite, faz parte da ENR. Do mesmo modo que também se compreende a inclusão da Economia Informal, essencialmente associada a estratégias de sobrevivência, na ENR. A Economia Informal e o Autoconsumo comportam pois actividades económicas essencialmente associadas a estratégias de melhoria de condições de vida das famílias ou de sobrevivência, e permitem explicar a sobrevivência de populações em países com Produto Interno Bruto (PIB) oficial per capita abaixo do limiar de subsistência, servindo de almofada social, nomeadamente em contextos recessivos, ao evitar maior sofrimento da população.

Pode dizer-se que os casos anteriores decorrem da metodologia da contabilidade nacional. Mas a par desses casos, sobretudo depois dos anos 80 do século passado começam a emergir novas formas de ENR, na sequência da libertação dos mercados do controlo do Estado. A Economia Illegal, à margem da lei na produção, na venda, na distribuição ou na posse, tornou-se o reflexo da criminalidade económica internacional. E a Economia Sub-

terrânea ou subdeclarada emergiu com o incumprimento de obrigações fiscais e parafiscais e tem até canais oficiais de concretização. Ou seja, a Economia Ilegal reporta a actividades que não são contabilizadas porque resultam de actividades ilícitas, pelos fins ou meios usados, enquanto a Economia Subterrânea é motivada por razões fiscais e corresponde a actividades que não são contabilizadas para evitar o pagamento de impostos e contribuições.

Estas novas modalidades são pois um derivado do capitalismo globalizado e hegemónico, assente no poder do sector financeiro, da bolsa e da livre circulação do capital, geralmente desligadas do processo produtivo e que transformam a apropriação de rendimentos, sem os produzir, numa das formas dominantes de enriquecimento. São o resultado do afastamento do Estado de várias áreas, reduzindo o seu papel e actuação, uma vez que a mobilidade acentuada do capital torna os países vulneráveis a mudanças nas expectativas, e inviabiliza políticas internas. Além disso, a privatização desordenada e o consequente desmantelamento do aparelho estatal foram retirando instrumentos e margem de manobra ao Estado. Acresce que a evolução decorrente foi marginalizando/excluindo uma parte da população, que, para sobreviver, teve de optar pela Economia Informal; ou seja, acabou por potenciar esta parcela da ENR, que, com arte de alguns poderosos, passou (imaginem-se!) a ser o foco do combate à ENR.

Não é portanto estranho que, desde o final dos anos 80, organismos internacionais como, por exemplo, a Organização para a

Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE) tenham passado a estudar este assunto. Esses estudos culminam no ano de 2002 com a publicação de *Measuring the Non-Observed Economy - A Handbook*, ainda hoje uma referência do ponto de vista conceptual. Por outro lado e estranhamente, sendo a ENR uma metástase do cancro da nossa sociedade, conta com o apoio de Estados e de outras organizações internacionais, como o demonstram, entre outros, os “paraísos fiscais”, o “consenso de Washington” e o “Luxemburgo leaks”, usados para abrigar e justificar todo um elenco de medidas de política promovidas pelo Fundo Monetário Internacional e pela Organização Mundial do Comércio.

Assim, a definição mais abrangente de ENR, porque abarca todas as rubricas, considera que engloba todas as transacções económicas que contribuem para o PIB, mas que, por diversas razões, não são tidas em conta. No entanto, os estudos sobre a medida tendem a considerar apenas uma ou algumas das suas rubricas e acabam, portanto, por subestimar o objecto. Efectivamente, a definição considerada depende do propósito, da metodologia e da informação disponível, enfatizando-se sobretudo a Economia Subdeclarada.

Mas como medir então o “invisível” (algo que, note-se, acontece também com parte do PIB oficial)? Há basicamente três grupos de métodos estatísticos e econométricos capazes dessa medição: monetário, de indicador global e de variável latente. O primeiro estabelece relações entre o PIB oficial e variáveis monetárias, e assume que comportamentos destas últimas variáveis à

margem dessas relações são motivados pela ENR. Um método de indicador global assume uma relação precisa e estável entre o indicador global e o PIB oficial, sendo a ENR a diferença entre o PIB oficial e o PIB associado ao indicador global. Um método de variável latente considera um número significativo de variáveis causa e consequência; as primeiras afectam o tamanho e a evolução da ENR, e as segundas reflectem o seu rasto na ENR.

Como é do conhecimento geral o Observatório de Economia e Gestão de Fraude (OBEGEF) tem dado conta do peso da ENR em Portugal. Os últimos dados existentes, obtidos com os justificados e testados modelos monetário e de variável latente, referem-se ao período 1970-2013 e revelam uma tendência de aumento desde o início do período, passando a representar 26,81% do PIB oficial e correspondendo a 45901 milhões de euros em 2013. Para ter uma ideia da grandeza do valor, diga-se que suportaria o orçamento do ministério da Saúde durante cinco anos e que teria servido para eliminar o deficit de 4,85% no PIB do Orçamento Geral do Estado.

Em geral, as causas explicativas são os impostos, contribuições para a segurança social e custos administrativos, a intensidade e complexidade de leis e regulamentos (burocracia), a falta de credibilidade de órgãos de soberania face à conduta de alguns representantes, a ineficiência da administração pública, a falta de transparência no atendimento público, as condições de mercado induzidas pela globalização, o baixo nível de capital humano, a mão-de-obra composta por imigrantes ilegais e clandestinos, a

falta de cultura e participação cívica, razões culturais e ambientais, o progresso tecnológico, o baixo índice de confiança na sociedade, a instabilidade social, a carga de regulação e o desemprego. Especificando as principais causas do incremento recente em Portugal, salientam-se os aumentos na taxa de desemprego e na carga fiscal, factores que têm contribuído para o acréscimo da evasão fiscal. Em particular, cresceu o incentivo para: manipulações contabilísticas e relatórios fraudulentos de empresas; manipulações de preços de transferência, de subfacturação e sobrefacturação em operações internacionais; utilização de paraísos fiscais, evitando pagamento de impostos; surgimento de empresas fantasma; realização de operações fictícias na UE para receber IVA; manipulações fraudulentas de operações alfandegárias; uso de informação privilegiada; realização de transacções económicas sem factura.


Como principais consequências salienta-se a distorção na concorrência entre empresas, a redução das receitas fiscais – logo a degradação das contas públicas e do investimento e, portanto, do crescimento e da redistribuição –, a incerteza na estabilização da economia – com indicadores enviesados, as decisões de política económica acabam desajustadas e, portanto, os efeitos económicos podem ser inadequados. Além disso, limita a democracia porque: gera desconfiança e afasta representantes e representados, e gera uma ideia de impunidade, perdendo-se a consciência ética; enfraquece os laços de solidariedade e de respeito mútuo entre cidadãos e entre este e seus representantes, pelo que, para os

eleitores, “qualquer um serve porque todos são iguais”, o que estabelece um clima de passividade face à coisa pública e às decisões políticas. Prejudica ainda as gerações futuras e dignidade da pessoa humana porque desvia recursos financeiros para investimento produtivo e impede a alocação de recursos disponíveis para prestações sociais da responsabilidade do Estado.

Genericamente falando, parece poder dizer-se que as rubricas mais danosas da ENR – Economia Ilegal e Economia Subterrânea – tiveram origem ou intensificaram-se com o processo de globalização, que, creio, não é necessariamente mau e que não pode ingenuamente pensar-se em interromper. Penso, no entanto, que os Estados devem interferir no processo, devendo explicitar as

a eficácia do sector produtivo, assim como o nível de qualificação do trabalho, as instituições públicas, a I&D e o progresso científico são fundamentais para a competitividade e, parece-me, não é possível obter externalidades positivas sem o contributo de um Estado forte, com finanças saudáveis e financeiramente capaz.

Especificamente em Portugal, considero que nos últimos anos muito tem sido feito para travar a ENR. O combate à fraude e evasão fiscais intensificou-se, e a credibilidade dos órgãos de soberania face à conduta de representantes tem melhorado. Mas há ainda um longo caminho a percorrer. Há que aumentar a transparência na gestão dos recursos públicos, educar a sociedade civil sobre os seus efeitos

 **O Estado deve ser capaz de, pelo menos, garantir a inserção social da força de trabalho no processo produtivo, não deixar a moeda à mercê de interesses privados e intervir na relação entre o capital financeiro e o capital produtivo...**

prioridades desejadas para a sociedade e assim preparar a sua inserção na globalização de modo mais adequado à realidade do respectivo país. Penso pois que se devem encontrar formas de orientação e coordenação Estatais, assim como de parceria com a restante sociedade, que atenuem problemas e evitem outros. O Estado deve ser capaz de, pelo menos, garantir a inserção social da força de trabalho no processo produtivo, não deixar a moeda à mercê de interesses privados e intervir na relação entre o capital financeiro e o capital produtivo, de forma a evitar o predomínio da especulação e a não comprometer o processo produtivo. O tamanho e

perversos, ter uma justiça mais rápida e eficaz, implementar o crime de enriquecimento ilícito, combater a fraude empresarial, combater a utilização abusiva de convenções de dupla tributação, incentivar o uso cada vez maior de meios electrónicos nas transacções de mercado, e combater o branqueamento de capitais com melhor supervisão do sistema financeiro, melhor regulação do sector, legislação adequada e vontade por parte das autoridades em actuar. Parece-me que é dever cívico de todos contribuir para, pelo menos, a sua redução, nomeadamente das rubricas mais perigosas: a Economia Subterrânea e a Ilegal.



FERNANDO VENTURA

Frei, OFMCap.

Formas de superar a pobreza? Sim, há, e são muitas, tantas quantas as que tivermos a coragem de inventar a partir do novo que terá de ser sempre a novidade de cada um de nós reencontrada, na relação redimida de cada um consigo e com os outros. Fácil? Não, absolutamente não. Necessário? Sim, absolutamente sim! Como fazer? Não sei... Sei o que estou a fazer. Sei o que estamos a fazer. Não, não estou a falar no plural majestático. Estou simplesmente a falar de uma pluralidade de mais de 200 sonhos, sonhados por crianças e jovens desta terra que é nossa e que decidimos transformar dentro do nosso possível, indo para além dos impossíveis, para além dos medos, para além de nós.

Formas de superar a pobreza

“Dividir para multiplicar e somar sem subtrair nada a ninguém”

Permitam-me começar com um slogan, que mais do que uma “frase feita”, é um grito que nasce do coração da história feita de tantas histórias que perderam o futuro e vivem um presente de angústia, “só” porque, no passado alguém - um punhado poderoso de “alguéns” - decidiu multiplicar sem dividir e somar subtraindo tudo o que foi possível, a nível nacional e planetário.

Sei que esta pode parecer uma linguagem simplista, panfletária e demagógica, tão ao gosto dos tempos que correm. Atrevo-me a correr esse risco.

Contudo, estes que vivemos, são tempos de risco e de riscos, tempos de “baralhar e voltar a dar”... baralhados já estamos todos e há muito tempo... falta a segunda parte, voltar a dar, só que, desta feita, voltar a “darmo-nos”, ou darmos-nos pela primeira vez, numa lógica que vai ao arrepio do tempo, ao arrepio de tantos tempos em que o eu, confrontado agora com a precariedade do já, precisa de encontrar e construir o nós que é condição *sine qua non* para a própria sobrevivência do futuro que está completamente em jogo.

As seguranças seguras desapareceram, o amanhã garantidamente garantido não existe; daqui o aperto existencial do ontem que já não é, do amanhã que cada vez

mais sentimos que não será, tudo isto vivido num presente feito daquilo de que o presente é feito, ou seja, desse momento fugaz entre o já e o ainda não, numa escatologia completamente fora do horizonte visível que obrigará fatalmente e está a obrigar a repensar essencialmente o “eu”, o meu “eu pessoal” na sua dimensão de ser indivíduo, mas também de ser sociedade, de ser tecido social de relações. É nesta passagem que está o segredo e onde estão todos os segredos do mito de Midas revisitado que nos pode fazer descobrir as formas de superar a pobreza.

Tudo se joga, como sempre se jogou, no equilíbrio mais ou menos desastrado segundo os tempos e as ideologias dominantes, dentro do equilíbrio e através do equilíbrio de relações entre o “eu e o nós”, entre o indivíduo e o grupo, entre a solidão e a solidariedade, entre o eu na sociedade e a sociedade comigo... o problema, é que as formas de organização do “nós” que conhecemos sobretudo ao longo da história recente, sobretudo a partir da revolução industrial, foram sempre formas organizativas a partir de cima, a partir da superestrutura, numa espécie de esvaziamento da possibilidade da existência de um eu capaz de construir relações de nós, a partir de mim, a partir do meu ser com os outros, do meu ser comigo numa horizontalidade redentora, que a socieda-

de do hoje, precisa de reencontrar.

O caminho, porém, é tudo menos fácil e é sempre a subir. Aliás, só pode ser a subir, *desta apagada e vil tristeza* em direcção ao possível dos impossíveis, porque só o realismo de quem sonha a utopia é capaz de fazer acontecer o milagre e os milagres da esperança.

Receitas, não há. Soluções pré-fabricadas, não existem. E é também isto que nos provoca o medo. São estes medos que os senhores do tempo e os senhores de alguns templos tão bem dominam e usam para nos dominar.

É preciso inventar tudo de novo; *baralhar e voltar a dar*; e isto assusta, porque os caminhos nunca percorridos metem medo. Por isso, assistimos a recauchutagens desesperadas da esperança; não funcionam! O que era já foi. Não voltará, por muito que os messias de turno digam que sim, que é possível que tudo, brevemente, volte a ser como dantes. Não voltará. É tão simples como isso. É tão desafiador como isso...

Formas de superar a pobreza? Sim, há, e são muitas, tantas quantas as que tivermos a coragem de inventar a partir do novo que terá de ser sempre a novidade de cada um de nós reencontrada, na relação redimida de cada um consigo e com os outros. Fácil? Não, absolutamente não. Necessário? Sim, absolutamente sim!

Como fazer? Não sei...

Sei o que estou a fazer. Sei o que estamos a fazer. Não, não estou a falar no plural majestático. Estou simplesmente a falar de uma pluralidade de mais de 200 sonhos, sonhados por crianças e jovens desta terra que é nossa e que decidimos transformar dentro do

◀ **Sentimo-nos como o beija-flor na floresta a arder... Diz a fábula que durante um incêndio que parecia engolir toda a floresta, todos os animais fugiam espavoridos. Em sentido contrário ia um beija-flor, um dos pássaros mais pequenos da natureza... olhando para cima o elefante escandalizado diz ao beija-flor: “Onde vais?” “Vou apagar o incêndio!”... Foi o escândalo! Toda a bicharada ria ao mesmo tempo que prosseguia na corrida salvadora... “Tu, com um bico desse tamanho não consegues levar mais do que uma gota de água”, diz de novo o elefante. Responde o beija-flor: “Pois não, mas eu faço o que posso!”...**

nosso possível, indo para além dos impossíveis, para além dos medos, para além de nós.

Somos um conjunto de sonhos em construção. O mais velho sou eu; o mais novo tem seis anos... somos mais de DUZENTOS, chamamo-nos “Alma Mater Artis” (www.amartis.pt). O que fazemos? Sonhamos! Sonhamos a dançar, a fazer teatro, música, a construir futuros neste presente de luta que é o nosso e pelo qual não desistimos de lutar.

Sentimo-nos como o beija-flor na floresta a arder... Diz a fábula que durante um incêndio que parecia engolir toda a floresta, todos os animais fugiam espavoridos. Em sentido contrário ia um beija-flor, um dos pássaros mais pequenos

da natureza... olhando para cima o elefante escandalizado diz ao beija-flor: “Onde vais?” “Vou apagar o incêndio!” ...Foi o escândalo! Toda a bicharada ria ao mesmo tempo que prosseguia na corrida salvadora... “Tu, com um bico desse tamanho não consegues levar mais do que uma gota de água”, diz de novo o elefante. Responde o beija-flor: “Pois não, mas eu faço o que posso!”...

Foi assim que nascemos, é pelo sonho que vamos, com a simplicidade do beija-flor. Levamos a nossa gota de água em direcção ao incêndio que nos cerca.

Há três anos que temos 100% de êxito escolar das crianças e jovens que ao seu jeito estão a encontrar e a viver a sua *forma de superar a pobreza*: da rua para o palco das artes; do palco das artes para o palco da vida, é nisto que estamos, é aqui que *despejamos* a nossa gota de água.

É com a mensagem de que não podemos mudar o mundo, mas podemos sempre mudar o mundo de alguém, - a começar pelo nosso -; com a mensagem de que não podemos tirar a fome do mundo, mas podemos tirar alguém do mundo da fome, que já percorremos alguns milhares de quilómetros com o nosso espectáculo *Mam’Africa*¹.

Com esta nossa gota, a nossa gota de água, estamos a trabalhar e a ajudar a crescer crianças e jovens em Águas Santas onde nascemos, em Vizela, Paços de Ferreira, Famalicão, Guimarães e brevemente nos Açores na Ribeira Grande. Só neste último ano já fizemos chegar 7 toneladas de livros a Moçambique, 20 toneladas de ajuda às vítimas do vulcão do Fogo, 20 toneladas de material vário a São Tomé

e Príncipe. Só neste país, somos responsáveis pelo Orfanato local onde fazemos chegar anualmente mais de 3 toneladas de leite, papas, farinhas lácteas e leite de substituição do leite materno; lutamos para distribuir 1000 copos de leite por dia, estamos a equipar escolas primárias com material escolar... tudo isto é o Banco de Leite de São Tomé e Príncipe, pelo qual somos responsáveis... tudo isto somos nós e a nossa forma de vencer a pobreza... em Portugal e em São Tomé... para além de nós na certeza que

bastar a si próprias com o trabalho que realizam.

Não temos receitas para *superar a pobreza*. Partilhamos esta que é a nossa, muito ao arrepio de algumas “cristalizações mentais”, para usar uma linguagem educada...

Para terminar, permita-me, amigo leitor, que deixe à sua reflexão a partilha de dois temas que têm ocupado uma boa parte da minha reflexão pessoal acerca da realidade que vivemos.

Dois temas que formam uma espécie de espaço fechado de onde

quem partilhamos a nossa vida;

O outro mito que nos mata, é justamente a absolutização da ideia de que a nossa liberdade termina quando começa a liberdade do outro; é preciso dizer que é mentira, ou pelo menos redutor e um dos elementos que impede mudar tanta coisa que precisa de ser mudada.

A minha liberdade não termina quando começa a liberdade do outro. Se algum dia chegarmos a ter a consciência clara de que a nossa liberdade aumenta quando a do outro se inicia, teremos dado um passo de gigante na descoberta das formas de superar a pobreza, todas as pobreza que nos afligem e que são essencialmente relacionais, que são essencialmente de motivadas por “eus” solitários para quem o “outro” o “nós” é só um estorvo ao exercício de ser.

Se me permitem, do que se trata, é de ser gente com gente, para que cada vez mais gente seja gente e nunca ninguém deixe de ser pessoa.

Só isto, como se isto fosse pouco...!

A si, amigo leitor, o meu muito obrigado pela paciência em me ler até ao fim. Continuaremos juntos a ler a história que passa que tantas vezes nos ultrapassa. Bem haja!

¹ Ver: Youtube / Mam’Africa / Alma Mater Artis

² Ver: Alma Mater Artis / INATEL.
Alma Mater Artis / Mundo a Sorrir

« **O outro mito que nos mata, é justamente a absolutização da ideia de que a nossa liberdade termina quando começa a liberdade do outro; é preciso dizer que é mentira, ou pelo menos redutor e um dos elementos que impede mudar tanta coisa que precisa de ser mudada.**

A minha liberdade não termina quando começa a liberdade do outro. Se algum dia chegarmos a ter a consciência clara de que a nossa liberdade aumenta quando a do outro se inicia, teremos dado um passo de gigante na descoberta das formas de superar a pobreza, todas as pobreza que nos afligem e que são essencialmente relacionais, que são essencialmente de motivadas por “eus” solitários para quem o “outro” o “nós” é só um estorvo ao exercício de ser.

os milagres são possíveis... porque acreditamos na utopia!

Em São Tomé, promovemos o emprego e a formação, o intercâmbio de pessoas e saberes, não fazemos caridade sem compromisso, o tal tipo de caridade que é só de manutenção de estruturas de pobreza, mas tentamos, com a nossa gota, promover solidariedade que constrói; a partir da escola, a partir da educação inicial e permanente, com o nosso possível... com a nossa utopia², devolvendo às pessoas com quem estamos comprometidos, a dignidade de se poderem

precisamos absolutamente de sair para encontrar, de facto, as *formas de superar a pobreza*: a “autorrealização” e o mito que continua a afirmar que a *nossa liberdade termina quando começa a liberdade dos outros*...

Estamos a pagar a factura destas duas aberrações de linguagem e de “educação”. Educamos os nossos filhos no mito da “autorrealização” e criamos, no mínimo, “descontentes” porque ninguém se autorrealiza, porque todas as nossas vidas se vivem intrinsecamente “metidas” na vida de todas aquelas vidas com

Estamos em condições de beneficiar da consignação do IRS e do IRC já na declaração deste ano. Deixo com simplicidade os nossos dados
Banco - MONTEPIO GERAL
Associação Alma Mater Artis
NIB 0036 0407 9910600537123
IBAN PT50 003604079910600537123
SWIFT: MPIOPTPL
NIF 510 943 799

A Administração Tributária e a utilização de serviços eletrónicos: a situação a nível Europeu



JOAQUIM MIRANDA SARMENTO
PHD in Finance (Tilburg), Professor Auxiliar no ISEG

Portugal apresenta-se como um dos primeiros países a introduzir os serviços eletrónicos na administração tributária, tendo sido pioneiro em muitos serviços. Quer as empresas, que têm a obrigatoriedade referida, quer os indivíduos, utilizam intensivamente este recurso.

Este artigo procura descrever, com base em dados da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico), a utilização dos serviços eletrónicos para cumprimento de obrigações declarativas nos países da União Europeia (UE), ao nível do imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas, do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares e do imposto sobre o valor acrescentado.

A utilização de serviços eletrónicos

Em termos de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), ou seja, em matéria de imposto sobre o lucro das sociedades (IRC), verifica-se que a maioria dos países da UE iniciou a utilização de serviços eletrónicos entre o ano de 2000 e 2005 (Tabela 1). De facto, constata-se que na maioria dos países a utilização dos serviços eletrónicos para o cumprimento das obrigações declarativas das empresas em sede de IRC, é obrigatória. Contudo, existe ainda um conjunto significativo de países onde não existe essa obrigação. Nomeadamente em países como a Dinamarca, a Finlândia e o Reino Unido, onde ainda é possível às empresas assegurarem as suas obrigações declarativas em supor-

te de papel. O Gráfico 1 apresenta a percentagem de declarações entregues pela internet. Verifica-se que em alguns países, como é o caso de Portugal (mas também da Eslovénia, Irlanda, Holanda, Itália e Espanha), fruto da obrigatoriedade atrás mencionada, a utilização dos serviços eletrónicos para entrega da declaração de IRC é de 100% das empresas. Em situação oposta aparecem a Alemanha, Grécia e Luxemburgo, em que não é possível a entrega via internet.

Relativamente ao imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS), a Tabela 2 mostra que, tal como no imposto sobre o lucro das sociedades, o início da utilização dos serviços eletrónicos no cumprimento das obrigações declarativas de IRS deu-se sobretudo entre 2000 e 2005. Contudo, verifica-se que na maioria dos países a introdução da utilização destes serviços eletrónicos em IRS é ligeiramente anterior à introdução em IRC. Isto pode sugerir que se considerou mais fácil, do ponto de vista tecnológico, a introdução de serviços deste âmbito, quando comparado com os necessários em IRC. Ou pode sugerir que houve a opção de disponibilizar primeiro este tipo de serviços aos contribuintes singulares ao invés das empresas. O Gráfico 2

Tabela 1 - Utilização de serviços eletrónicos no IRC em 2012

PAÍS	Início utilização serviços eletrónicos	Obrigatório? S/N	Declaração pré-preenchida
Portugal	2000	S	S – 100% das declarações com pre-preenchimento
Alemanha	n.a	N	N
Austria	2004	S	N
Bélgica	2006	S	N
Dinamarca	2005	N	N
Eslováquia	2005	N	N
Eslovénia	2004	S	N
Espanha	1999	S	N
Estónia	2004	S	N
Finlândia	2000	N	N
França	1991	N	N
Grécia	n.a	N	N
Holanda	2005	S	N
Hungria	2003	N	N
Irlanda	2001	S	S – 100% das declarações com pre-preenchimento
Itália	1998	S	N
Luxemburgo	n.a	N	N
Polónia	2006	N	N
Reino Unido	2004	N	N
Rep. Checa	2004	N	N
Suécia	2009	S	S – 100% das declarações com pre-preenchimento

Tabela 2 - Utilização de serviços eletrónicos no IRS em 2012

PAÍS	Início utilização serviços eletrónicos	Declaração pré-preenchida (% das declarações com pre-preenchimento)
Portugal	2000	S – 83%
Alemanha	1999	N
Austria	2003	N
Bélgica	2002	S – 12%
Dinamarca	1994	S – 100%
Eslováquia	2005	N
Eslovénia	2004	S – 100%
Espanha	1999	S – 100%
Estónia	2000	S – 100%
Finlândia	2006	S – 100%
França	2001	S – 95%
Grécia	2001	N
Holanda	1996	S – 35%
Hungria	2003	S – 6%
Irlanda	2001	S – 100%
Itália	1998	S – 100%
Luxemburgo	2009	N
Polónia	2008	N
Reino Unido	2000	N
Rep. Checa	2004	N
Suécia	2002	S – 100%

Tabela 3 - Acesso a serviços eletrónicos por parte dos contribuintes (2012)

PAÍS	Acesso online	AT nas redes sociais	Comunicação por mail
Portugal	S	S	S
Alemanha	S	S	S
Austria	S	S	S
Bélgica	S	N	S
Dinamarca	S	S	S
Eslováquia	S	N	S
Eslovénia	S	S	N
Espanha	S	N	S
Estónia	S	S	S
Finlândia	S	S	N
França	S	N	N
Grécia	S	N	S
Holanda	S	S	S
Hungria	S	S	S
Irlanda	S	S	S
Itália	S	N	S
Luxemburgo	N	N	N
Polónia	S	S	S
Reino Unido	S	S	S
Rep. Checa	S	S	S
Suécia	S	N	S

Portugal apresenta-se como um dos primeiros países a introduzir os serviços eletrónicos na administração tributária (...). Quer as empresas, que têm a obrigatoriedade referida, quer os indivíduos, utilizam intensivamente este recurso. Os serviços eletrónicos da administração tributária (...) estão ao nível do que de melhor se faz na Europa e no mundo¹.

apresenta a percentagem de declarações entregue via internet. É natural que em sede de IRS, tratando-se de contribuintes singulares, não exista a obrigação de entrega via internet, ao contrário das empresas. Isto porque existe ainda uma faixa de cidadãos que mostram ter dificuldades na adopção das novas tecnologias. O recurso ao suporte de papel para muitos destes contribuintes é porventura não apenas a melhor solução, mas também a única possível. No caso Português a utilização de serviços eletrónicos para a entrega de IRS rondava, em 2012, os 70%. Dada a antiguidade da possibilidade de entrega do IRS via internet (desde 2000), sugere que, para os próximos anos, poderemos ter atingido o pico de utilização destes serviços.

No âmbito do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), mesmo a harmonização a que este imposto esta sujeito, não tem tido impacto numa harmonização da utilização dos serviços eletrónicos nos países da UE. Isto porque temos países (como por exemplo Portugal, Holanda, Itália, Estónia ou Bélgica) em que a entrega via internet das declarações periódicas é de 100%, e temos países em que esse valor é bastante baixo (por exemplo, Alemanha, Polónia, Republica Checa e Eslováquia). Na maioria dos países com elevadas taxas de utilização dos serviços eletrónicos para a entrega das declarações de IVA, isso resulta, tal como ocorre no IRC, de uma obrigação legal. De facto, Portugal, Eslovénia, Holanda, Itália, Estónia, Hungria e Bélgica apresentam taxas de entrega das declarações de IRC e de IVA próximas de 100%. Isto demonstra

Gráfico 1 - Percentagem de declarações entregues pela internet (2012)

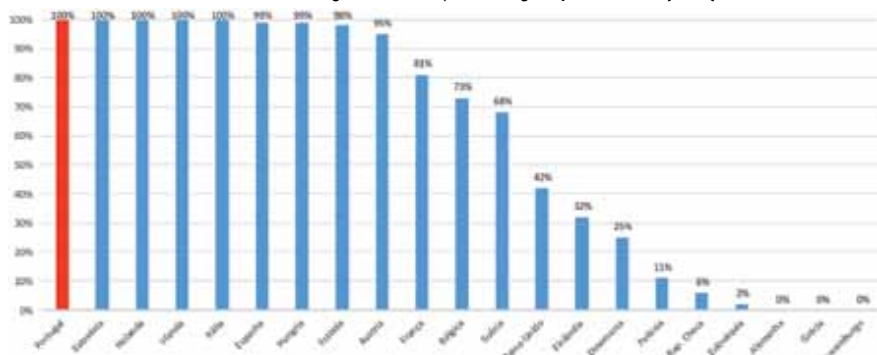


Gráfico 2 - % de declarações de IRS entregues pela internet (2012)

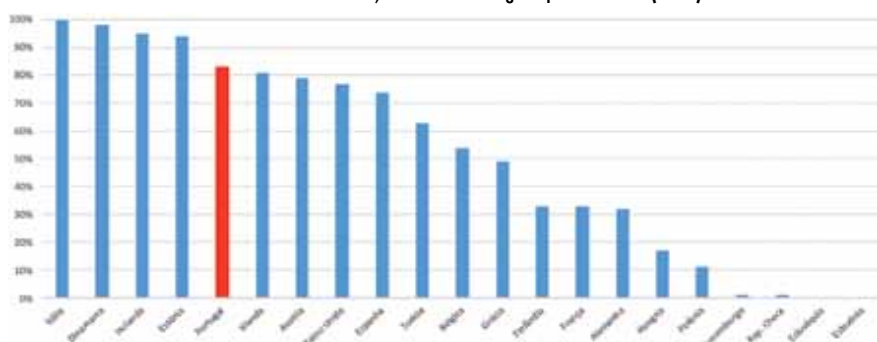
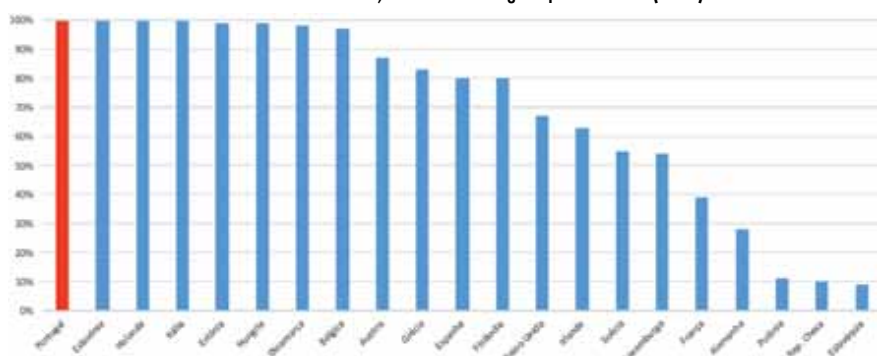


Gráfico 3 - % de declarações de IVA entregues pela internet (2012)



FONTE: autor com base em informação recolhida pela OCDE (tabelas e gráficos)

que nestes países, ao nível da plataforma eletrónica da Administração Fiscal, existe uma total integração dos dois impostos. Curiosa é a situação de Espanha e da Irlanda, em que apesar da utilização a 100% em matéria de declarações de IRC, apresentam, para as declarações de IVA, valores de 80% e 60%, respetivamente.

Por último, conforme é visível na Tabela 3, quase todos os países permitem o acesso online de

serviços aos seus contribuintes, à exceção do Luxemburgo. As redes sociais, tais como o Facebook ou o Twitter, também parecem ser usadas por muitas das administrações tributárias como um veículo de comunicação com os contribuintes, como forma de divulgação de informação. Também o envio de mensagens via email (e possivelmente via sms, embora não disponhamos de informação sobre esse ponto), é bastante usado.

Conclusões

Com este artigo demonstramos a utilização intensiva que a maioria dos países da UE faz dos serviços eletrónicos no cumprimento das obrigações declarativas dos seus contribuintes (quer individuais, quer empresas, embora com maior impacto, o que é natural, nestas últimas). Muito desta utilização significativa resulta da introdução dos serviços eletrónicos há mais de 10 ou 15 anos, gerando assim um efeito de aprendizagem e massificação, mas também, no caso das empresas, da obrigatoriedade em alguns países da entrega de declarações via internet. Contudo, existe uma elevada discrepância entre diferentes países, já que alguns deles tem taxas de utilização ainda muito baixas.

Portugal apresenta-se como um dos primeiros países a introduzir os serviços eletrónicos na administração tributária, tendo sido pioneiro em muitos serviços. Quer as empresas, que têm a obrigatoriedade referida, quer os indivíduos, utilizam intensivamente este recurso. Os serviços eletrónicos da administração tributária portuguesa estão ao nível do que de melhor se faz na Europa e no mundo¹. Naturalmente que o mérito deve ser atribuído a quem de direito: aos profissionais da AT, que com elevado espírito de missão dão todos os dias passos em frente na cidadania fiscal. Não imaginamos, de resto, outra solução para este desígnio, além de cada vez mais empenho, inovação, rigor e competência.

¹ Recentemente, o sistema de emissão e gestão do documento de transporte eletrónico, implementado pela AT no âmbito do sistema e-fatura ganhou o prémio CIO Awards 2014, assim como em 2013 o projeto Notificações Eletrónicas da AT já havia ganho o Prémio Computerworld & CIO.

**NUNO VILLA-LOBOS**

Presidente do Centro de Arbitragem Administrativa

A ausência de resposta atempada do sistema judicial à demanda dos cidadãos não se coaduna com o direito de acesso à justiça pois, sendo a obtenção de uma decisão em prazo razoável um direito constitucionalmente garantido, a lentidão consubstancia um obstáculo à efetividade dos seus direitos.

A garantia de uma decisão em tempo útil surge, assim, enraizada na própria ideia de Estado de Direito e no dever do Estado assegurar a tutela efetiva dos direitos dos cidadãos.

No âmbito do Direito Tributário, o problema da morosidade tem repercussões especiais ao nível do Estado e dos contribuintes.

A implementação da arbitragem tributária¹

A instituição da arbitragem tributária visava três objetivos fundamentais: reforçar a tutela eficaz dos direitos e interesses legalmente protegidos dos sujeitos passivos; imprimir uma maior celeridade na resolução de litígios que opõem a administração tributária ao sujeito passivo e reduzir a pendência dos processos nos tribunais administrativos e fiscais.

Estes três objetivos partilham entre si um valor, que é consagrado pela Constituição – a garantia de uma tutela jurisdicional efetiva – o que pressupõe uma decisão em prazo razoável e contribui para a consequente diminuição das pendências (artigos 20.º n. 1 e 268.º, n.º 4 da CRP). Ora, com a introdução da arbitragem tributária procurava-se, precisamente, aumentar a capacidade de resposta da Justiça Fiscal, apetrechando-a com um novo meio, complementar de resolução jurisdicional de litígios de natureza tributária, reforçando-se assim as garantias efetivas dos cidadãos. Objetivo que, na verdade, é o desígnio principal desta medida legislativa inovadora, e que entronca numa perspetiva da função judicial focada nas pessoas e na garantia efetiva dos seus direitos e liberdades, devendo, por conseguinte, a jurisdição ser percecionada como uma garantia dos cidadãos e não apenas como um poder do Estado.

A ausência de resposta atempada do sistema judicial à demanda

dos cidadãos não se coaduna com o direito de acesso à justiça pois, sendo a obtenção de uma decisão em prazo razoável um direito constitucionalmente garantido, a lentidão consubstancia um obstáculo à efetividade dos seus direitos.

A garantia de uma decisão em tempo útil surge, assim, enraizada na própria ideia de Estado de Direito e no dever do Estado assegurar a tutela efetiva dos direitos dos cidadãos.

No âmbito do Direito Tributário, o problema da morosidade tem repercussões especiais ao nível do Estado e dos contribuintes.

Por exemplo, uma decisão judicial demorada retarda a arrecadação efetiva da receita fiscal pelo Estado ou, na hipótese de vencimento da causa pelo contribuinte, pode fazer “disparar” o valor indemnização a pagar pelo Estado só em juros, mais encargos com a prestação de garantia e com o patrocínio. Os contribuintes, por seu turno, ficam na contingência de aguardar anos por uma decisão,

¹ O presente artigo corresponde à apresentação que o seu autor levou à conferência sobre Arbitragem Tributária em Portugal, realizada no dia 20 de Novembro de 2015 e organizada pela Direção Distrital do Porto do STI.

² Por isso, na arbitragem tributária o “controlo efetuado é um controlo exclusivamente de legalidade, não sendo admissível a fiscalização ou sindicância do mérito, conveniência ou oportunidade de concretas decisões tributárias.” Joaquim Freitas da Rocha “A desestadualização do direito tributário. Em particular, a privatização do direito e a arbitragem”, A Arbitragem Administrativa e Tributária, AAVV., Almedina 2012, p. 112.

tendo associado o custo financeiro de garantias bancárias prestadas.

Do mesmo modo, na perspectiva das empresas, para o efeito da realização de provisões, afigura-se de enorme relevância saber, com relativa certeza, o tempo previsível de obtenção da decisão final.

Finalmente, a celeridade permite ainda assegurar a contemporaneidade entre duas “fontes de direito”, a jurisprudência e a legislação em vigor. O que não sucede se for muito alargada a distância temporal entre, por exemplo, a data da impugnação do ato tributário em causa e a decisão final do tribunal. Pois, neste caso, é alta a probabilidade de a legislação reguladora da situação em causa ter sofrido já modificações substanciais.

A atual falta de sintonia entre a jurisprudência e a legislação, que andam a diferentes velocidades, diminui a importância da jurisprudência no plano da prevenção de litígios fiscais, com custos nunca calculados.

A reconhecida relevância atribuída à celeridade não a converte, obviamente, num valor absoluto, porventura alheio aos demais princípios constitucionais. Muito antes pelo contrário, uma vez que o eventual reforço das garantias dos contribuintes deve sintonizar-se, desde logo, com os princípios da igualdade e da legalidade.

No caso da arbitragem em matéria tributária, esta almejada harmonização encontra eco nos aspetos centrais do respetivo regime e implementação prática, para a qual, refira-se, começou por contribuir uma opção inicial do legislador, quando confrontado grosso modo com duas alternativas muito distintas. Com efeito, no momento da

conceção do regime jurídico da arbitragem tributária, entre a opção de aplicar como matriz a Lei da Arbitragem Voluntária (LAV), com eventuais adaptações, ou a opção de criar ex novo um regime jurídico específico para a arbitragem tributária, aproximando-o da regulação normativa da impugnação judicial no Código de Procedimento e Processo Tributário, a escolha do legislador recaiu sobre esta segunda alternativa.

Assumida esta opção de partida, o legislador teve o ensejo de erigir um edifício normativo de raiz, assente nos seguintes pilares fundamentais:

Consagração da arbitragem tributária como meio de resolução jurisdicional de litígios em matéria

« Do mesmo modo, na perspectiva das empresas, para o efeito da realização de provisões, afigura-se de enorme relevância saber, com relativa certeza, o tempo previsível de obtenção da decisão final.

Finalmente, a celeridade permite ainda assegurar a contemporaneidade entre duas “fontes de direito”, a jurisprudência e a legislação em vigor. O que não sucede se for muito alargada a distância temporal entre, por exemplo, a data da impugnação do ato tributário em causa e a decisão final do tribunal. Pois, neste caso, é alta a probabilidade de a legislação reguladora da situação em causa ter sofrido já modificações substanciais.

tributária parcialmente alternativo ao processo de impugnação judicial; aplicação estrita do direito constituído, sendo expressamente vedado o recurso à equidade² (artigo 2.º, n.º 2 do RJAT); funcionamento dos tribunais arbitrais no Centro de Arbitragem Administrativa; vinculação prévia da Autoridade Tributária através de portaria que fixe designadamente o tipo e o valor prévio dos litígios abrangidos; designação de árbitros em regra pelo Conselho Deontológico, de entre a lista aprovada pelo Centro de Arbitragem Administrativa (artigo 6.º do RJAT); sujeição dos árbitros a acrescidos requisitos e garantias de independência e imparcialidade (artigos 7.º, 8.º e 9.º do RJAT e Código Deontológico); composição coletiva dos tribunais arbitrais nas causas de valor superior a 60 mil euros (artigo 5.º do RJAT); publicidade obrigatória das decisões arbitrais através da respetiva publicação no site do CAAD (artigo 16.º, alínea g) do RJAT).

Estes “pilares fundamentais” vêm assumindo uma dupla relevância, ao nível interno, para o efeito de harmonização jurídico-constitucional entre a celeridade e a igualdade e a legalidade e a nível internacional, para o efeito da qualificação de um órgão de reenvio como “órgão jurisdicional nacional” na aceção do TFUE.

Pese embora as elevadas expectativas iniciais, o alcance da arbitragem tributária na prossecução do objetivo de descongestionamento dos tribunais tributários deve ser articulado com a delimitação, consideravelmente mais restrita, do respetivo âmbito material de aplicação, do que se desenhara na lei de autorização legislativa.

Quadros estatísticos

Distribuição dos pedidos por tipo de imposto

Ano	2011		2012		2013		2014		2015	
Tipo de Impostos	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
IRC	13	50,0%	76	50,7%	90	28,9%	114	13,4%	105	15,7%
IRS	6	23,1%	33	22,0%	87	28,0%	126	14,8%	80	12,0%
Selo	4	15,4%	3	2,0%	66	21,2%	320	37,6%	258	38,6%
IMT	2	7,7%	9	6,0%	6	1,9%	32	3,8%	25	3,7%
IMI	0	0,0%	9	6,0%	9	2,9%	22	2,6%	16	2,4%
IVA	1	3,8%	16	10,7%	29	9,3%	51	6,0%	82	12,3%
ISP	0	0,0%	2	1,3%	2	0,6%	3	0,4%	2	0,3%
IUC	0	0,0%	0	0,0%	19	6,1%	176	20,7%	96	14,4%
Outros	0	0,0%	2	1,3%	3	1,0%	6	0,7%	4	0,6%
Total	26		150		311		850		668	

*Atualizado até 31/10/2015

Distribuição dos pedidos por contribuinte singular/coletivo

Ano	2011		2012		2013		2014		2015	
Tipo de Pessoa	Entrados	%	Entrados	%	Entrados	%	Entrados	%	Entrados	%
Pessoa Singular	6	23,1%	39	26,0%	106	34,1%	246	28,9%	173	25,9%
Pessoa Colectiva	20	76,9%	111	74,0%	205	65,9%	604	71,1%	495	74,1%

*Atualizado até 31/10/2015

Distribuição por valor do pedido

Ano	2011		2012		2013		2014		2015	
Intervalos por Valor de Pedido	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
até 60 000,00 €	11	42,3%	75	50,0%	174	55,9%	631	74,2%	472	70,7%
60 000,01 € até 275 000,00 €	8	30,8%	45	30,0%	81	26,0%	120	14,1%	107	16,0%
275 000,01 € até 500 000,00 €	2	7,7%	19	12,7%	21	6,8%	35	4,1%	29	4,3%
500 000,01 € até 1 000 000,00 €	1	3,8%	9	6,0%	17	5,5%	36	4,2%	28	4,2%
mais de 1 000 000,00 €	4	15,4%	2	1,3%	18	5,8%	28	3,3%	32	4,8%
Total	26		150		311		850		668	

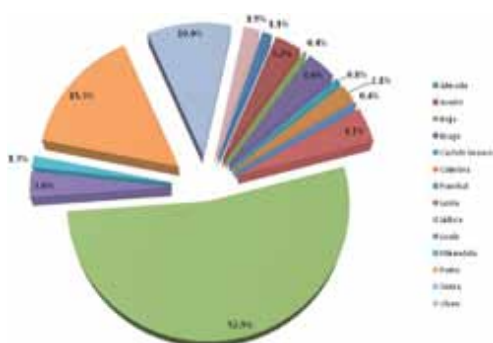
*Atualizado até 31/10/2015

Distribuição dos pedidos por modo de designação de árbitro

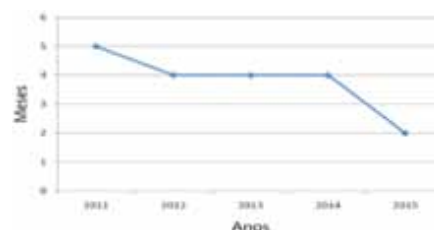
Ano	2011		2012		2013		2014		2015		TOTAL	
Processos com Designação de Árbitro	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Processos com Designação de Árbitro pelo Contribuinte e pela Admin. Tributária	3	11,5%	0	0,0%	5	1,6%	19	2,2%	25	3,7%	52	2,6%
Processos com Designação de Árbitro pelo Presidente do Conselho Deontológico	23	88,5%	150	100,0%	306	98,4%	831	97,8%	643	96,3%	1953	97,4%

*Atualizado até 31/10/2015

Áreas de jurisdição



Duração anual média de resolução dos processos



Valor económico dos processos entrados

Ano	2011	2012	2013	2014	2015
Fase do Processo	Entrados	Entrados	Entrados	Entrados	Entrados
Valor Total de Processos	17.250.575,95 €	23.781.137,46 €	95.388.307,85 €	123.071.305,76 €	129.236.540,54 €

*Atualizado até 31/10/2015

Fonte: CCAD

Tal esclarecimento é relevante no sentido em que a avaliação da arbitragem tributária, face ao triplice de objetivos definidos pelo legislador, deve ser enquadrada e relativizada pela sua escala efetiva de intervenção.

Vejamos então, em síntese, quais os efeitos positivos e negativos resultantes da implementação da arbitragem tributária em Portugal.

Quanto aos efeitos positivos: diminuição dos custos de litigância para o Estado e para os contribuintes por via da celeridade na resolução dos litígios fiscais; democratização do acesso à justiça arbitral tributária, acessível a todos os contribuintes, sendo em regra o valor pago a final pela parte vencida idêntico ao que seria devido nos tribunais tributários; devolução aos contribuintes, exceto nos processos com escolha de árbitro, do valor integral da taxa de arbitragem em caso de procedência total do pedido; redução do volume de processos entrados nos tribunais tributários (efeito resultante do valor já superior aos 2000 processos submetidos a tribunais arbitrais tributários) e consequente diminuição, a prazo, da duração média da resolução processual para os utilizadores dos tribunais tributários; antecipação da arrecadação definitiva da receita fiscal pelo Estado; ou, na hipótese de procedência do pedido, redução de custos no valor da indemnização a pagar em juros, mais encargos com a prestação de garantia e o patrocínio; redução dos custos financeiros dos contribuintes relacionados com a prestação de garantias bancárias para suspensão de execução fiscal; previsibilidade

do tempo para a prolação da decisão final, permitindo-se a realização de provisões; prevenção da eclosão de litígios no sentido em que a celeridade assegura a tendencial contemporaneidade entre a legislação em vigor e a jurisprudência arbitral tributária, potenciando a importância da jurisprudência, com efeitos a montante na atuação fiscal do Estado e dos contribuintes; atração do investimento económico pela previsibilidade de custos e do tempo de decisão dos litígios; garantia de uma qualidade média elevada das decisões.

A celeridade não tem sido prosseguida em sacrifício da qualidade. Pelo contrário, é justamente a especialização dos árbitros a potenciar a celeridade, pois, só tendo um conhecimento profundo e, nalguns casos, multidisciplinar na área da fiscalidade, se torna possível assegurar uma resposta rápida. A qualidade vem também sendo assegurada por via da seleção criteriosa de novos árbitros e da sua experiência comprovada de 10 anos na área do Direito Tributário.

Relativamente aos efeitos negativos: custo específico de implementação da arbitragem tributária,


na ordem de 60 000€. Por sua vez, em relação ao custo de financiamento anual pelo Estado, de 2009 até ao presente ano, o peso relativo dessa subvenção decresceu de 100% até ao mínimo atual de 16%, ou seja, verificou-se uma evolução de nível de independência financeira de 84%.

A independência financeira não teve custos para o Estado nem para os contribuintes, uma vez que o montante do valor das taxas de arbitragem não sofreu alterações, tendo, em alguns casos, até decrescido, sendo idêntico ao valor total a pagar pela parte vencida nos tribunais tributários.

Assim, o crescimento da arbitragem tributária vem evoluindo na proporção inversa à do investimento financeiro do Estado. Por último, refira-se que nos processos com valor processual reduzido, até 8 000€, a receita obtida pelo CAAD é inclusivamente negativa. Por isso, a arbitragem tributária tem sido acessível na prática também aos contribuintes com menores recursos financeiros.

De acordo com os sobretidos efeitos da implementação da arbitragem tributária, esta medida de atuação pública alcança um resultado claramente positivo na relação custo/benefício em sentido amplo, uma vez que as vantagens superam, e de forma impressionante, as eventuais desvantagens.

Assim, e em suma, os enunciados objetivos que presidiram a esta medida legislativa, e que partilham entre si um valor consagrado pela Constituição – a garantia de uma tutela jurisdicional efetiva – têm vindo a ser cumpridos na prática com assinalável sucesso quantitativo e qualitativo.

 **Pese embora as elevadas expectativas iniciais, o alcance da arbitragem tributária na prossecução do objetivo de descongestionamento dos tribunais tributários deve ser articulado com a delimitação, consideravelmente mais restrita, do respetivo âmbito material de aplicação, do que se desenhara na lei de autorização legislativa.**

"Quem tem culpas, pague as custas"



NUNO BALACÓ
Vice Presidente do STI

Com frontalidade é necessário assumir que ocorrem erros no funcionamento da máquina tributária, inevitáveis atendendo a que são procedimentos massificados na ordem dos milhões de processamentos, mas porventura mais frequentes do que seria de desejar.

Todavia, a análise do artigo revela falta de imparcialidade e de rigor em vários outros aspectos. Há que distinguir as verdadeiras falhas na actuação da AT, que esta normalmente assume e corrige quando são detectadas, das divergências das partes na interpretação das leis tributárias.

Aguardava pela musa inspiradora para escrever as presentes linhas, quando subitamente eis que ela surge. Não na forma de uma apelativa ninfa parcamente vestida, mas sim de um artigo publicado numa revista de grande tiragem.

No dito artigo, a Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) é comparada ao local onde reside Satã. Já os seus funcionários são apresentados como uma versão moderna da Santa Inquisição. Interrogadores cruéis intentados em extorquir confissões. De semelhante modo, as instalações da organização são sucessivamente descritas com frases como «a iluminação é fraca, o ambiente é sinistro», «parece um calabouço», «ambiente cavernoso».

Sendo a actividade de cobrança de impostos por natureza unilateral (o que significa sem qualquer contrapartida directa para o contribuinte pagador), por vezes coerciva, jamais a profissão ganhará prémios de popularidade. Mas lamentavelmente também não temos contado com a solidariedade institucional e compreensão dos inúmeros ónus e da especificidade das nossas funções por parte dos sucessivos governos.

Com frontalidade é necessário assumir que ocorrem erros no funcionamento da máquina tributária, inevitáveis atendendo a que são procedimentos massificados na ordem dos milhões de processamentos, mas porventura mais frequentes do que seria de desejar.

Todavia, a análise do artigo revela falta de imparcialidade e de rigor em vários outros aspectos. Há que distinguir as verdadeiras falhas na actuação da AT, que esta normalmente assume e corrige quando são detectadas, das divergências das partes na interpretação das leis tributárias. Aqui, a posição da administração tributária e dos contribuintes são diametralmente opostas. A lei, se frequentemente é confusa e ambígua, até para os profissionais da AT, pode tornar-se verdadeiramente críptica para o comum dos cidadãos. Porém, neste caso, não significa que se esteja perante um erro, mas antes um litígio jurídico, da qual o contribuinte, não concordando com o acto, tem à sua disposição variados e sucessivos meios de reacção, administrativos (direito de audição, reclamação graciosa, recurso hierárquico, revisão do acto tributário), judiciais ou arbitrais. Sucede não raramente que o que seria uma situação relativamente simples de resolver, por falta de diligência dos contribuintes torna-se complexa. Ao deixar ultrapassar os prazos legal para reagir, ou permitir a acumulação de valores em dívida, não resta à AT outra alternativa senão recorrer aos meios previstos para a cobrança coerciva. A ninguém agrada penhorar e vender uma casa que é a habitação de família, tanto mais que os procedimentos para a concretizar são morosos, mas atendendo a que os créditos fiscais são legalmente

indisponíveis (ou seja, não é permitido à entidade administrativa conceder o perdão da dívida fiscal), essa obrigação legal de agir impõe-se, sob pena de violação do dever de zelo.

De resto, em relação aos cada vez exigentes objectivos na cobrança fiscal e aduaneira, é bem conhecida a actuação pressionante dos governos face aos profissionais da AT para a obtenção de receita.

Importa recordar que a AT não faz a lei. Nos termos do artigo 165.º n.º I da Constituição, «É da exclusiva competência da Assembleia da República legislar sobre as seguintes matérias, salvo autorização ao Governo... alínea i) Criação de impostos e sistema fiscal e regime geral das taxas e demais contribuições financeiras a favor de entidades públicas».

Mais, nos termos do artigo 182.º da Constituição «O Governo é o órgão de condução da política geral do país e o órgão superior da administração pública», não exercendo face à AT uma mera tutela, mas verdadeiros poderes de direcção, dado esta constituir um serviço da administração directa do Estado (artigo 1.º n.º I, da Lei Orgânica da AT), tendo então os governos amplas responsabilidades pelos elevados impostos pagos pelos contribuintes.

Assim, nunca é demais reiterar que: Os tributos são criados pelo legislador, isto é, pelo poder político eleito pela maioria do povo. As opções erradas e os exageros tomados neste campo (permitindo-nos aqui destacar o valor absolutamente desproporcionados de certas coimas) não podem ser assacados à AT e muito menos aos

« Por muito incómodo que possa ser para um contribuinte uma deslocação a um serviço de finanças, a sua permanência neste será sempre momentânea. Para o funcionário da A., a “iluminação fraca”, o “ambiente sinistro” o “calabouço” são as condições em que diariamente tem que trabalhar. »

seus trabalhadores tributários e aduaneiros, que junto dos sucessivos governos têm desde sempre apelado à moderação fiscal. Apesar de estarem em posições distintas, aos trabalhadores da AT, tal como à generalidade dos contribuintes, cabe obedecer e cumprir essas leis.

Idealmente, competiria à própria AT fazer reiteradamente esclarecimentos públicos sobre o funcionamento do sistema fiscal. Lastimavelmente, a política comunicacional desta tem primado pela omissão. E assim, todos os males da cobrança fiscal acabam por recair sobre os ombros da parte mais frágil, os trabalhadores.

Não obstante, os trabalhadores da AT têm feito chegar diariamente à sua estrutura hierárquica, sem resultados práticos, os lamentos e as angústias dos contribuintes, cada vez mais impacientes e revoltados. Também o Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos (STI) tem cumprido o seu dever de esclarecimento e mesmo de denúncia de situações consideradas relevantes, junto dos dirigentes da AT, do Governo, das forças políticas e da comunicação social.

Por muito incómodo que pos-

sa ser para um contribuinte uma deslocação a um serviço de finanças, a sua permanência neste será sempre momentânea. Para o funcionário da A., a “iluminação fraca”, o “ambiente sinistro” o “calabouço” são as condições em que diariamente tem que trabalhar.

Certamente que não se deseja funcionários antipáticos, arrogantes e prepotentes, mas os trabalhadores da AT não são os colaboradores do Maligno, e claramente não gozam de excesso de autoridade. Antes, padecem dela, como os epítetos de «incompetentes» e «ladrões» com que são recorrentemente mimoseados fazem prova cabal. Comparar esta, juridicamente e de facto, com a que gozam outras entidades públicas com quem frequentemente fazem operações conjuntas, como a PJ ou a ASAE, revela que Autoridade, só mesmo no nome.

Apesar do nosso empenho e profissionalismo, debatemo-nos com a falta de formação permanente, frequentemente de meios materiais insuficientes, desde impressoras avariadas a escassez de material de escritório (coisas tão simples como canetas e agrafos), com um parque informático antiquado, vítimas de conflitos e insultos numa base diária, ameaçados de agressões físicas, suportando a incompreensão de entidades como a Inspecção Geral de Finanças e Provedoria de Justiça, sujeitos a estritas regras de ética e incompatibilidades mas tornando-se suspeitos ao mínimo rumor, aguentando uma cada vez maior carga laboral, pelo que numa coisa o artigo está correcto. Há dias em que trabalhar nas finanças parece o inferno.

4 anos, várias lutas...

No mandato de quatro anos que terminou em Dezembro, a Direção Nacional do STI debateu-se com dificuldades e vários dossiês que ainda estão longe de ter chegado ao fim.

No plano profissional, a acrescentar aos cortes salariais e ao aumento da carga horária, os trabalhadores confrontaram-se com dificuldades várias, entre as quais, a falta de vínculo, o congelamento das carreiras, instalações degradadas, material de trabalho obsoleto, ausência de formação e falta de pessoal.

Por outro lado, a tentativa de encerramento de serviços de finanças, particularmente no interior do país, levou centenas de trabalhadores a lidarem com a incerteza do dia seguinte. A Direção do Sindicato a todos ouviu, correu o país de norte a sul, visitando e conhecendo a realidade dos serviços da AT em todos os distritos e regiões autónomas. Foi ouvindo os trabalhadores e conhecendo a sua realidade diária que encetou um conjunto de reuniões, com todos os Partidos Políticos, com assento parlamentar, sensibilizando-os para a realidade de todos aqueles que diariamente dão a cara para cobrar impostos e salvaguardar as fronteiras do país, numa conjuntura altamente desfavorável.

A implantação ilegal de uma lista VIP, que coartou e continua a condicionar as competências profissionais dos trabalhadores da AT, sobretudo no que diz respeito ao combate à fraude e evasão fiscais e aduaneiras, marcou, e vai continuar a marcar - até que todos os responsáveis pela sua criação e implementação sejam punidos - de forma negativa a imagem desta "casa", que é composta por trabalhadores cujo mérito e dedicação aos superiores interesses do Estado não encontra paralelo noutros patamares.

A par da luta sindical, o Sindicato realizou variadíssimas conferências e ações de formação, mais uma vez, optando por descentralizar este tipo de iniciativas, que tiveram bastante procura e, em muitos casos, suprimiram as lacunas formativas da AT. Os Conselhos Gerais foram também, realizados em vários pontos do País, juntando a discussão de problemas sindicais com o conhecimento e o convívio com manifestações da cultura local. O cante alentejano, a leitura de poesia, numa comemoração da revolução de Abril ou a corrida dos impostos, entre outras iniciativas, tiveram o condão de juntar trabalhadores da AT com contribuintes.

No plano internacional, o Sindicato foi solicitado em várias frentes: as audições no parlamento europeu, o congresso da UFE, a participação em duas manifestações em Bruxelas, uma a favor de melhores condições de trabalho para os trabalhadores das finanças e alfândegas de todos os países da Europa e outra de apoio à Grécia. A todas estas iniciativas o STI disse: presente.

Os aposentados não foram esquecidos. Os dois encontros que se realizaram no anterior mandato deixou uma certeza; estes convívios vão repetir-se e espera-se que com uma participação ainda maior.

Encontro com trabalhadores/visi



tas aos serviços









Reuniões com partidos e confederações sindicais



Reunião com os partidos com assento parlamentar para os sensibilizar para os problemas dos trabalhadores da AT, nomeadamente quando à negociação das carreiras, vínculo e horário de trabalho.



A greve de 3 dias realizada em Dezembro de 2013 foi, indiscutivelmente, uma das maiores paralisações de sempre da AT e que obrigou o então Secretário de Estados dos Assuntos Fiscais a prolongar o prazo do perdão fiscal. A manifestação que teve lugar junto ao Ministério das Finanças no primeiro dia de greve mostrou a forte união dos trabalhadores da AT que exigiam e exigem serem tratados com dignidade. “Nós a cobrar e eles a gastar” foi um cântico improvisado na ocasião e nem a chuva retirou o entusiasmo dessa tarde.



Encontros com trabalhadores aposentados



As conferências e formação foram uma constante









Aniversários do Sindicato/comemorações/convívios



Plano internacional



Em termos internacionais, neste mandato o STI alargou a sua influência em vários fóruns. Para além da presença na UFE, participou em várias reuniões no Parlamento Europeu e recebeu na sua sede, em Lisboa, uma delegação da China que quis ouvir o Sindicato sobre a cobrança de impostos no nosso País.







APP MÉDIS

À DISTÂNCIA DE UM TOQUE

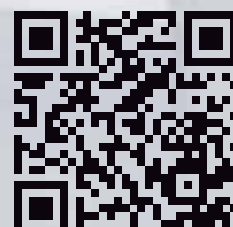
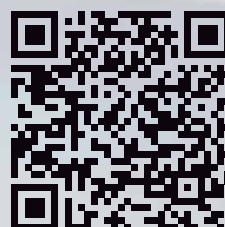
A Médís procura inovar nos serviços e apoio que dá aos seus clientes. Por isso, coloca à sua disposição uma APP onde pode fazer a gestão do seu Plano de Saúde. A partir do seu smartphone ou tablet Já pode aceder à sua Área Pessoal, consultar os Guias e ficar a par de todas as novidades Médís!



Android

iOs

FAÇA DOWNLOAD DA APP PARA
O SEU SMARTPHONE OU TABLET



CONFIANÇA



FAZ BEM À SAÚDE

Obrigado aos portugueses que, pela 7ª vez, escolheram a Médias como a marca de confiança para cuidar da sua saúde.

CONFIE TAMBÉM A SUA SAÚDE À MÉDIAS

www.medis.pt

Não dispensa a consulta da informação pré-contratual e contratual legalmente exigida.

Médias - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A., com sede na Av. Dr. Mário Soares (Tagus Park), Edifício 10, Piso 1, 2744-002 - Porto Salvo. Pessoa coletiva n.º 503 496 944, matriculada sob esse número na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, com o capital social de €12.000.000,00.